

OS MILITARES DE EL'REY: UM ESTUDO DAS TROPAS MILITARES PRESENTES NA CAPITANIA DA ÁFRICA ORIENTAL PORTUGUESA NO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XVIII¹

Resumo: Em linhas gerais a história do Império Ultramarino Português se iniciou com a expansão marítima no século XV. Portugal possuía diversos desafios para manter os domínios conquistados sobre a posse da Coroa lusa. Entre estes desafios temos: a colonização efetiva das terras, os constantes combates sejam com os nativos ou com os demais Estados europeus que disputavam os monopólios, seja do comércio ou das terras, tanto em América quanto em África e Ásia, assim como o desafio de possuir e manter um exército efetivo em cada uma de suas capitanias, entre outros problemas. O presente trabalho pretende discutir a importância das forças militares para contornar estes desafios, em especial na Vila de Sena, localizada na Capitania de Moçambique e Rios de Sena (África Oriental Portuguesa), no último quartel do século XVIII, com particular atenção para a composição e distribuição das três forças que compunham a estrutura militar lusa (Regulares, Auxiliares e Corpos de Ordenança).

Palavras-chave: Capitania de Moçambique e Rios de Sena; Vila de Sena; forças militares.

THE MILITARY OF EL'REY: A STUDY OF THE MILITARY TROOPS PRESENT IN THE CAPTAINCY OF PORTUGUESE EAST AFRICA IN THE LAST QUARTER OF THE 18TH CENTURY

Abstract: In general lines the history of the Portuguese Overseas Empire began with the maritime expansion in century XV. Portugal had several challenges to keep the dominions won over the possession of the Portuguese Crown. Among these challenges are: the effective colonization of the land, the constant fighting with the natives or with the other European states that disputed the monopolies, be it trade or land, both in America and in Africa and Asia, as well as the challenge of possess and maintain an effective army in each of its captaincies, among other problems. The present work intends to discuss the importance of military forces to overcome these challenges, especially in the Village of Sena, located in the Captaincy of Mozambique and Rios de Sena (East Portuguese Africa), in the last quarter of the 18th century, with particular attention to composition and distribution of the three forces that composed the Portuguese military structure (Regular, Auxiliary and Ordinary Corps).

Keywords: Mozambique's Captaincy and the Seine Rivers; Village of Sena; military forces.

¹ Bruno César Pereira (<http://lattes.cnpq.br/4804034110506202>) é graduando pela UNICENTRO

Artigo recebido em 18/04/2018 e aprovado em 18/06/2018

A INSTITUIÇÃO MILITAR NOS TERRITÓRIOS DE EL'REY

Um ponto comum das pesquisas contemporâneas referentes aos estudos do Império Português, seja de pesquisadores(as) brasileiros(as) bem como de portugueses(as), pauta-se na busca pela compreensão de como o Império era estruturado. Sobre estas preocupações destacamos a obra *O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa*, organizado por João Fragoso, Maria F. Bicalho e Maria de F. Gouvêa, publicado em meados dos anos 2000². Esta obra possui uma coletânea de textos que entre suas preocupações: evidencia a complexidade das relações Reino-Capitanias.

Compreende-se que o Império Luso ao longo da sua formação transplantou do Reino (Portugal) para os territórios do além-mar uma série de instituições. Os objetivos destas eram: buscar manter a posse dos territórios, bem como salvaguardar os interesses comerciais da Coroa. Entre estas instituições destacamos as administrativas, como as formas de administração através dos Governadores-Gerais, a introdução da Instituição Militar, e em um nível local a implantação das Câmaras Municipais.

Mas esta argumentação pode dar a falsa ideia de um Império homogêneo. Ana Paula Wagner ao discutir a respeito de uma concepção do Império interligado por fio um condutor, como por exemplo os modelos institucionais administrativos e militares, observa que mesmo existindo diretrizes comuns a todas as Capitanias no além-mar havia adaptações realizadas pelos governos-gerais. Estas adaptações

²FRAGOSO, Joao; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVEA, Maria de Fatima. *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

ocorriam em razão da pluralidade “sociocultural com que os portugueses se deparavam nos distintos territórios”³.

Em síntese, compreendemos que havia uma série de diretrizes comuns emanadas do Reino e encaminhadas para as Capitanias ao longo do Ultramar. Entretanto ocorriam adaptações variadas, seja nas formas de administrar dos governos-gerais e dos seus subordinados, bem como nas maneiras de defender, comercializar etc.

O presente trabalho se atentará a uma das posses de Portugal, a Capitania da África Oriental Portuguesa; que inicialmente estava integrada ao Estado da Índia, tornando-se capitania independente apenas no século XVIII, no ano de 1752. Depois desta data a capitania possuía como capital administrativa e política a ilha de Moçambique onde residia o Governo Geral da Capitania, responsável pela administração da ilha, assim como de algumas vilas ao longo do litoral e da capitania subordinada Rios de Sena, com sua capital situada inicialmente na Vila de Sena, mas em 1767 transferida para a vila de Tete.

A Capitania de Moçambique e Rios de Sena, assim como as demais Capitanias que compunham o Império Ultramarino, seguiam um conjunto de sistemas impostos pelo Reino, estes sistemas correspondem as formas de administração, de organização militar, de cobranças de impostos etc.

Feita estas pequenas observações, o presente trabalho tem por objetivo geral identificar como estavam a composição e distribuição das forças militares em tropas Regulares, Corpos de Auxiliares e Corpos de Ordenanças – de um modo geral, a Instituição Militar – na vila de Sena, localizada na Capitania subordinada Rios de Sena, na segunda metade

³ WAGNER, Ana Paula. População no Império Português: recenseamentos na África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII. Tese (Doutorado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009. p. 17

do século XVIII. Além disso buscamos conhecer melhor a estrutura militar portuguesa, presente tanto no Reino (Portugal) quanto nas capitânias ao longo do Império Ultramarino Português e compreender a função que a organização militar portuguesa exercia dentro do Império Ultramarino Português, seja para defesa e manutenção da posse territorial, assim como para a construção de uma hierarquia social.⁴

De um modo geral, a organização militar portuguesa estava dividida em três forças, onde cada uma destas estava incumbida das mesmas funções: proteger o território seja de invasões de nações europeias, defender o território de ataques de povos nativos e manter a boa ordem dentro da Capitania. Mas cada uma destas forças tinha suas características específicas.

As tropas Regulares ou Pagas, conhecidas também por Tropas de 1ª Linha, eram o único corpo pago pela Coroa. Esta força militar era dividida em terços que eram subdivididos em companhias. A Coroa Portuguesa impunha às colônias um modelo e um número específico de homens que deveriam compor cada terço e companhia, mas raramente se seguia o modelo sugerido em função da falta de homens para compor os terços e companhias. A patente mais alta dentro desta força era a de Mestre-de-Campo, geralmente escolhido entre os homens de confiança da Coroa.

Diferente das demais forças militares as patentes dentro das Tropas Regulares eram exercidas na maioria das vezes por homens que já possuíam experiência militar, além de possuírem prestígio e reconhecimento social. Uma característica marcante que diferencia a Tropa Regular, além deste ser o único corpo pago, é de que os homens

⁴ MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. Os Corpos de Ordenança e Auxiliares. Sobre as relações militares e políticas na América Portuguesa, *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 45, p.39-56, 2006.

que compunham este corpo deveriam possuir apenas como forma de trabalho a carreira militar não podendo possuir outro tipo de ofício. O recrutamento para as Tropas regulares se baseava nas listas realizadas pelos Capitães-Mores, listas estas que eram base do recrutamento para as três forças.

A segunda força militar portuguesa são os Corpos de Auxiliares, onde a partir de 1796 são designados como Milícias⁵. Este corpo era composto pelos filhos segundos das famílias, jamais os filhos únicos de viúvas ou de lavradores. Em suma este corpo era composto em sua maioria por homens com capacidade para ser recrutados para as tropas de 1ª Linha, mas por exercerem funções úteis ao Estado estavam isentos de servirem nas Tropas Pagas. Esta força, assim como as tropas Regulares, se dividia e subdividia em Terços e Regimentos, sucessivamente. Esta força militar possuía a característica de se enquadrar como tropas de segunda (2ª) Linha. Assim, em eventual ocasião em que as tropas Regulares deveriam se ausentar em caso de guerra, estas assumiriam o papel de tropas de primeira (1ª) Linha, e é neste caso que as tropas Auxiliares passariam a receber soldo. O serviço prestado pelos homens neste corpo era obrigatório, mas não remunerado.

Diferente das Tropas de Regulares, na maioria das vezes as patentes militares tanto do Estado Maior como as mais baixas, eram exercidas por homens sem experiência militar. Este requisito não era tão importante dentro dos Corpos de Auxiliares. A escolha destes homens partia mais de sua influência dentro de um quadro social, de um reconhecimento dentro da comunidade. Estes eram fatores mais

⁵ Arquivo Histórico Ultramarino, Moçambique, cx. 74, doc 85. *Ofício de Regulamentação, partindo de Lisboa, Palácio de Queluz, para a Capitania de Moçambique e Rios de Sena, 7/08/1796.* [Daqui em diante, utilizaremos a sigla AUH para fazer referência ao Arquivo Histórico Ultramarino].

importantes que a experiência, onde os membros do chamado Estado Maior (em especial os de patente mais alta), eram "escolhidos dentre as pessoas mais nobres e honradas".⁶

Por fim temos a terceira força militar portuguesa, os chamados Corpos de Ordenança. Estes corpos compunham toda população masculina entre 18 e 60 anos, não recrutada pelas Tropas Regulares e pelas Auxiliares. Estes homens não eram mobilizados, ou seja, não era uma força deslocável, seu caráter estava voltado para uma atuação em vilas nas quais os corpos se encontravam. Sua participação militar era quase nula, onde pouquíssimas vezes esta força se mobilizaria para algo de caráter militar, pelo fato das Tropas Regulares e Auxiliares já estarem atuando. Dado a isso, esta terceira força militar não possuía uma grande relevância no contexto militar, tendo sua função ligada mais diretamente ao administrativo, onde que a partir das listas de possíveis recrutas, elaboradas pelos Capitães-Mores, se organizava um verdadeiro recenseamento da população colonial, assim se conhecia toda a população, permitindo "que os braços do Estado alcancem as povoações mais distantes [...]".⁷

Esta força militar também era de caráter obrigatório e não remunerado. Assim como as demais forças, era dividida em Terços e subdivididos em Companhias. A maior patente desta força era a de Capitão-Mor. Para assumir tal patente, assim como a de Mestre-de-Campo nas Auxiliares, não era necessário a experiência militar. De acordo com Jorge da Cunha, em um estudo sobre as tropas militares luso-

⁶ MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. Os Corpos de Ordenança e Auxiliares. Sobre as relações militares e políticas na América Portuguesa, *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 45, p.39-56, 2006. p. 33.

⁷ SILVA, Kalina Vanderlei P. da. O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial. Militarização e marginalidade na capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII. Tese (Doutorado em História). Recife: Fundação de Cultura Cidade de Recife, 2001. p. 66

brasileiras nos séculos XVII e XVIII, a figura do Capitão-Mor era tida como o "comandante militar da população civil".⁸

De um modo geral, estas três forças militares estariam presentes na maioria das capitanias que compunham o Império Ultramarino Português, assim como no próprio Reino. Estas forças militares, em especial as tropas Regulares, passaram por dificuldades, tais como a falta de homens para compor os terços, a falta de armas e de uniformes, o estado degradante em que se encontravam os quartéis e fortalezas, os baixos soldos pagos aos soldados etc. Estes problemas faziam com que as demais forças militares, Auxiliares e Corpos de Ordenanças, assumissem mais efetivamente seu papel dentro da organização militar, ou seja, passavam a atuar de forma mais efetiva e auxiliando as tropas Regulares.

Como veremos a seguir, a África Oriental Portuguesa, ao longo da segunda metade do século XVIII, enfrentou também estas dificuldades, em especial com as tropas Regulares, seja para compor seus Regimentos, assim como na falta de armas, uniformes e homens.⁹

Se observará no presente trabalho que a Capitania de Moçambique e Rios de Sena, possuía a organização militar seguindo o modelo proposto pela Coroa. Ou seja, a Capitania possuía a divisão da organização militar em três forças militares. Mas poderemos perceber que em relação ao número de homens que deveriam compor cada Terço e Regimento, seria muito diferente na prática, isto se dá muitas vezes pela falta de homens com o perfil desejado pela Coroa. Em suma,

⁸ FILHO, Jorge da Cunha Pereira. Tropas Militares Luso- brasileiras nos séculos XVII e XIX. *Boletim do Projeto "Pesquisa genealógica sobre as origens da família Cunha Pereira"*, nº 12, 1998. Genealogias.org. p 46-80. p. 57.

⁹ AHU, Moçambique, cx. 34, doc. 6. Ofício de António Manoel de Mello e Castro, para José de Vasconcelos Almeida, sobre o estado geral das tropas [com relação a Capitania Subordinada de Rios de Sena], 15/071780.

a Capitania Portuguesa na África Oriental, seguia os modelos, leis e regulamentos impostos pela Coroa, mas estas leis, regulamentos e modelos eram adaptado pelas capitanias, portanto, muitas vezes o que a Coroa propunha era diferente quando posto em prática nas capitanias.

Para a realização do presente trabalho, analisamos alguns dos documentos produzidos pela administração da Capitania de Moçambique e Rios de Sena, bem como da Coroa lusa. Em especial esta documentação administrativa (ofícios, alvarás, decretos etc.) como bem observa Ana Paula Wagner¹⁰ cresceu consideravelmente, visto que a partir da segunda metade do século XVIII crescia uma preocupação por parte da Coroa Portuguesa em conhecer quantos e quem eram os indivíduos que viviam na capitania de Moçambique e Rios de Sena. Esse desejo desencadeou uma série de ordens, as quais produziram um conjunto de mapas populacionais (sobre civis e militares).

Essa documentação administrativa encontra-se originalmente depositada no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Entretanto, a Dra. Ana Paula Wagner (Professora Adjunta do Departamento de História/Irati/Unicentro), em sua pesquisa de doutorado, microfilmou e digitalizou grande parte deste acervo. Assim, a documentação privilegiada nesta pesquisa de Iniciação Científica foi cedida pela historiadora em questão.

Após a leitura, levantamento e seleção dos mapas referentes às tropas de Sena, relativos a segunda metade do século XVIII, foi feita a contextualização desta documentação a partir de bibliografia sobre a

¹⁰ WAGNER, Ana Paula. *População no Império Português: recenseamentos na África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII*. Tese (Doutorado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009.

Capitania de Moçambique e a política ultramarina portuguesa do setecentos.

Embora a potencialidade do *corpus* documental tenha direcionado para um tratamento mais demográfico (no sentido de quantificação de números), a metodologia adotada foi principalmente qualitativa e esteve apoiada no cruzamento e na análise de dados recolhidos na bibliografia e nas fontes documentais.

DOS PROBLEMAS NAS TROPAS PAGAS ÀS SOLUÇÕES DO USO DAS DEMAIS FORÇAS: O EFETIVO MILITAR NA EX-CAPITAL (SENA)

Ao longo da segunda metade do século XVIII a Capitania de Moçambique sofria com a falta de reinóis para compor os regimentos das tropas Regulares, este era apenas um dos problemas que a Capitania enfrentava. Em especial a vila de Sena se encontrava com um Regimento diminuto em 1780. Naquele ano, de acordo com o ofício escrito por António Manoel de Mello e Castro (governador de Rios de Sena) e enviado para José de Vasconcelos de Almeida (governador-geral da capitania), era está a situação de Sena:

"Quando tomei posse deste Governo [Capitania subordinada Rios de Sena] achei nelle só dez soldados de Guarnição, e vendo que tão pequeno numero não podia com efectiva força das Sentinelas, e rondas que indispensavelmente são necesarias haver, e que os dittos poucos soldados não por isso atenção algum que fui obrigado aumentar-lhe mais dez praças, deixando ficar aqui alguns Soldados da recruta q veyo dessa capytal [...]".¹¹

O ofício de António Manoel de Mello e Castro, além de nos dar a informação da falta de homens, tratava também do descaso que se encontravam as fortalezas e quartéis da vila de Sena, assim como fazia

¹¹ Ibid.

um pedido de camisetas, meias, sapatos para o fardamento dos soldados. Mas este ofício ainda nos dá base para afirmar a existência das demais forças, pois enquanto que as tropas Regulares, priorizavam compor seus regimentos com reinóis, as demais forças, Corpos Auxiliares e Corpos de Ordenança, eram constituídas em sua maioria por homens ligados a terra, ao comércio, em suma os homens residentes na vila que por exercerem funções úteis ao Estado, eram isentos do serviço nas tropas pagas.

E é com base nesta informação que o ofício de António Manoel de Mello e Castro deixa transparecer que a vila de Sena se encontrava neste estado crítico, pelo fato de se priorizarem os reinóis para ocupar as tropas Regulares. Mas percebemos no mesmo ofício que, se fosse incorporado os homens já residentes da capitania, homens nascidos na capitania, não faltariam indivíduos para sentar praça nos regimentos pagos. Assim, é importante distinguirmos que a Capitania Subordinada de Rios de Sena, em especial a vila de Sena, segundo António Manoel de Mello e Castro, sofreu com a falta de reinóis e oficiais, e não com a falta de homens para compor os Regimentos pagos. Note-se que na mesma correspondência enviada para José de Vasconcelos de Almeida em 1780, além de dar um número mínimo de soldados, que a vila de Sena necessitava, Melo de Castro afirma que "deve precisamente haver huma comp^a de número de 40 soldados com seus respectivos e competentes oficiais, para o que não faltão aqui patricios, a quem se sente praça [...]".¹²

O problema com a falta de homens vindos do Reino, seria uma questão importante que iria atravessar toda a segunda metade do século XVIII. Todavia, o Governo Geral da Capitania de Moçambique e Rios de Sena durante este período, encaminhou duas alternativas, como

¹² Ibid., Parágrafo 3.

possíveis medidas para resolver o problema da falta de soldados para compor os Regimentos de tropas Regulares. A primeira delas se baseou em trazer os chamados Cipaio da Índia¹³ e a segunda foi propor a naturalização dos Regimentos das tropas Regulares.¹⁴

A segunda alternativa se tornou aos poucos uma solução mais eficaz que a primeira, seja pela não adaptação dos Cipaio¹⁵, assim como pela enfática tentativa de se aprofundar a busca da formação e concretização de uma elite local. Entretanto, a historiografia sobre essa questão aponta as dificuldades de implementação destas propostas. Isto acontecia, em especial, pelo fato dos homens buscarem diferentes formas de burlar o serviço militar nas tropas Pagas, seja pelo meio da deserção, assim como pela prática de "escravização voluntária, através da 'venda do corpo'".¹⁶ As inúmeras formas de evitar servir nas tropas Pagas pode ser observado tanto na Capitania de Moçambique e Rios de Sena quanto na América Portuguesa. Enquanto na Capitania Portuguesa na África Oriental temos a "venda do corpo", como uma das incontáveis formas de se eximir do alistamento nas tropas Regulares, na América Portuguesa uma grande parcela da população, que por estarem ligados a uma extensa rede de parentescos, clientelas e interesses, usavam estes contatos como estratégias para se tornarem invisíveis para o recrutamento das tropas Regulares.¹⁷

¹³ Em linhas gerais, os cipaio eram soldados naturais da Índia. Indique-se o interesse específico da coroa era pelo soldado luso-indiano católico.

¹⁴ RODRIGUES, Maria Eugênia. Cipaio da Índia ou soldados da terra? Dilemas da naturalização do exército português em Moçambique no século XVIII. *História: Questões & Debates*, n.45, p. 57-95, 2006.

¹⁵ Ibid., p. 66-72.

¹⁶ Ibid., p. 89.

¹⁷ MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. Os Corpos de Ordenança e Auxiliares. Sobre as relações militares e políticas na América Portuguesa, *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 45, p.39-56, 2006. p. 30-31.

Mesmo com as tentativas de solucionar os problemas com a falta de homens, percebemos que as dificuldades ainda seguiam. No ofício remetido ao Governo-Geral da Capitania de Moçambique e Rios de Sena, datado do ano de 1798¹⁸, final do século XVIII, percebemos que os problemas se mantiveram, seja pela falta de homens, assim como pelas más condições que se encontravam o presídio. Entretanto, gostaríamos de destacar deste ofício os comentários feitos pelo governador de Rios de Sena sobre a falta de disciplina, tanto do Estado Maior como por parte dos soldados. O autor, em tom ácido, caracterizou a tropa e seus oficiais:

"Eu não sei Ilmo Senhor como se podera em boa ordem semelhante tropa, que não têm hum só oficial digno de confiança para coiza alguma. O Major é e sempre foi um louco, o Capitão rude e ignorantissimo sem respeito algum; o Tenente huma criança que nada sabe por que não têm tido mestres, o Alferes o mesmo, os ajudantes que he o que tem algum jeito p^a o serviço, e se vai com o tempo os soldados estão todos porcos, rozetos, desfardados, e não sabe nem apresentar sua arma [...] ¹⁹".

O mesmo ofício, remetido ao Governo-Geral da Capitania, ainda tratava sobre os poucos soldados que restavam, assim como cita as deserções e os soldados doentes. Em suma, poucos soldados estavam disponíveis para exercer suas funções dentro do Regimento. É portanto dentro deste contexto que se encontravam as tropas Regulares, que se faz crer que a utilização das demais forças militares, as Auxiliares e Corpos de Ordenança, deveriam atuar, seja para colaborar com a defesa do território, assim como para manter a boa ordem dentro das vilas.

É importante mencionar que a Capitania Portuguesa na África Oriental possuía a organização militar seguindo os padrões propostos pela Coroa, ou seja, a Capitania possui as três forças militares, tropas

¹⁸ AHU, Moçambique, cx. 80, doc. 92. Ofício remetido ao Governador-Geral da Capitania de Moçambique e Rio de Sena, 29/03/1798.

¹⁹ Ibid., Parágrafo 2.

Regulares, Auxiliares e Corpos de Ordenança. Mas como já discutido no presente trabalho os modelos impostos pela Coroa, quando colocados em práticas, passavam por uma série de adaptações. E um dos motivos que geravam estas adaptações era a falta de homens, em especial este caso está ligado diretamente as tropas Regulares.

Um exemplo de modelos e regulamentos impostos pela Coroa que a Capitania de Moçambique e Rios de Sena deveria seguir, temos a regulamentação de como deveriam ser compostos os Regimentos dos Corpos Auxiliares. Um regulamento de 1796 nos dá detalhadamente os números de soldados que deveriam compor cada Regimento, assim como todas as patentes integrantes.²⁰ De acordo com este ofício os oficiais que correspondiam ao Estado Maior dentro das milícias, passariam a receber um soldo. Esta informação nos leva a crer que a partir de 1776 os corpos de Auxiliares, que agora passam a ser designados como Milícias, receberiam uma maior atenção por parte da Coroa Portuguesa, isto fica bem claro no ofício sobre a regulamentação dos Corpos Auxiliares:

"E querendo eu [Rainha Dona Maria] que os sobre dittos regulamentos de Milicias sejam em tudo conforme aos das tropas Regulares do meu Exército na sua organização e formatura; sou servida determinar que em todas haja para o futuro hum Tenente Coronel e os officiaes que vão declarados no corpo do plano que baixa com este: Que todos eles hajam Bandeiras, e tambores fornecidos pelos meus arcenaes [...]"²¹

Ao longo da última década do século XVIII, podemos perceber que a Vila de Sena possuía uma guarnição mais efetiva, pelo menos em números, em suas Tropas Regulares. Em 1780 quando António Manoel de

²⁰ AHU, Moçambique, cx. 74, doc 85. Ofício de Regulamentação, partindo de Lisboa, Palácio de Queluz, para a Capitania de Moçambique e Rios de Sena, 7/08/1796.

²¹ Ibid., p. Parágrafo 2.

Mello e Castro²², assume o governo na Capitania Subordinada Rios de Sena havia um efetivo de 10 homens, mas ele propõe um número mínimo de 40 (quarenta) soldados para a vila de Sena. O Mapa Geral das tropas que guarneciam as Fortalezas e Presídios da Capitania Subordinada Rios de Sena realizado por Chistovão de Azevedo em 1793, mostrou que a vila de Sena possuía naquele momento um efetivo de 38 (trinta e oito) soldados.²³ Já no Mapa da Guarnição de Artilharia da Vila de Sena de 1797²⁴, quase no final do século, nota-se um efetivo mais reduzido contando apenas com 28 (vinte e oito) soldados e 8 (oito) oficiais.

Estes mapas das guarnições nos dão base para perceber as transformações da vila de Sena ao longo do último quartel do século XVIII, onde em 1780 contava apenas com dez soldados, e passaria a ter um efetivo de 28 (vinte e oito) soldados e dos 8 (oito) oficiais. Além dos mapas das tropas Pagas temos um Mapa da composição do Estado Maior dos Corpos de Ordenança, datado de 1798. O Estado Maior do Corpo de Ordenanças era composta por 5 oficiais: 1 Capitão-Mor, 1 Sargento-Mor, 1 ajudante, 1 Capitão, 1 Alferes.²⁵

Em suma, como já abordado nos parágrafos acima, o que a Coroa desejava era muitas vezes muito diferente quando colocado em prática. Mas isto não quer dizer a estrutura militar proposta pela Coroa não estava na Capitania Portuguesa da África Oriental, muito pelo contrário. Podemos com base nas informações dadas no presente trabalho afirmar

²² AHU, Moçambique, cx. 34, doc. 6. Ofício de António Manoel de Mello e Castro, para José de Vasconcelos Almeida, sobre o estado geral das tropas [com relação a Capitania Subordinada de Rios de Sena], 15/07/1780.

²³ AHU, Moçambique, cx. 65, doc. 5 – C. Mappa Geral da Tropa que Goarnece as Fortalezas e Prezídios dos Rios de Senna, Realizado pelo Capitão-Mor Chistovão de Azevedo de Vazcos, 11/07/1793.

²⁴ AHU, Moçambique, cx. 85, doc. 15 - A. Mapa da Guarnição desta Praça e Artilharia – Sena, 28/12/1797.

²⁵ AHU, Moçambique, cx. 85, doc. 15 – B. Mapa do Corpo de Ordenança, realizado pelo Capitão-Mor João Felipe, 2/02/1798.

que a Capitania de Moçambique e Rios de Sena possuía as três forças militares. Em especial esta estrutura era encontrada na vila de Sena ao longo da segunda metade do século XVIII.

O estado degradante que se encontravam as tropas Regulares na vila de Sena fazia com que a presença das demais forças militares, Auxiliares e Corpos de Ordenança, fossem necessárias, seja para construir e manter uma hierarquia social, manter a boa ordem na vila, bem como para protegê-la. As tropas Regulares ao longo do século XVIII possuíam diversas dificuldades, tanto na falta de homens bem como no baixo soldo pago pela Coroa. Este problema não era exclusivo da Capitania de Moçambique e Rios de Sena, a América Portuguesa passou pelos mesmos problemas, como podemos observar em "O Miserável Soldo & a Boa Ordem Social", da historiadora brasileira Kalina Vanderlei²⁶, onde a autora volta seu olhar a Capitania de Pernambuco durante a segunda metade do século XVII até o final do XVIII. Os problemas encontrados pela autora são semelhantes com os que identificamos na Capitania Portuguesa na África Oriental, seja com a falta de homens ou o baixo soldo pago. Em suma o descaso com que se encontravam os Regimentos, quartéis e fortalezas das tropas Regulares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história do Império Ultramarino uma de suas grandes dificuldades foi manter tropas burocráticas, ou seja, manter um exército efetivo; seja pela falta de homens, pelo baixo soldo pago pela Coroa etc. A organização militar do Império Português, além de contar com as tropas Regulares, seu exército pago, contava com outras duas forças

²⁶ SILVA, Kalina Vanderlei P. da. O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial. Militarização e marginalidade na capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII. Tese (Doutorado em História). Recife: Fundação de Cultura Cidade de Recife, 2001.

militares, recrutados entre os homens que residiam nas Capitanias ao longo do Império, onde estas duas forças, as tropas Auxiliares e os Corpos de Ordenança, eram um serviço obrigatório e não remunerado, ambas estiveram voltadas para auxiliar as tropas de 1ª Linha e tinham um papel muito importante com relação a formação de elites locais e a construção de uma hierarquia social.

A vila de Sena, inicialmente capital da capitania de Rios de Sena, subordinada a Capitania de Moçambique e Rios de Sena, ao longo da segunda metade do século XVIII, sofreu com a falta de reinóis para compor as tropas Regulares. Não é apenas Sena que possuía este problema. Nota-se esta dificuldade em todas as vilas que compunham a África Oriental Portuguesa, fazendo necessário que o Governo Geral da capitania tomasse atitudes com relação a estes problemas. Como abordado por Eugénia Rodrigues, ao longo do século XVIII duas formas de amenizar a falta de reinóis foram tomadas: a primeira foi trazer os Cipaio da Índia e a segunda naturalizar as tropas Regulares. Assim, como apresentada pela autora ambas as formas falharam, seja pela não adaptação dos primeiros e, na segunda forma, os homens obrigados a servirem ou desertavam ou buscavam maneiras para evitarem o recrutamento.²⁷

Ao analisar a documentação administrativa da Capitania de Moçambique e Rios de Sena chegamos à conclusão que os problemas enfrentados pelas Tropas Regulares fizeram com que as demais forças militares, compostas pelas Tropas Auxiliares e Corpos de Ordenança, assumissem um papel relevante naquele território, tanto para ajudar na

²⁷ RODRIGUES, Maria Eugénia. Cipaio da Índia ou soldados da terra? Dilemas da naturalização do exército português em Moçambique no século XVIII. *História: Questões & Debates*, n.45, p. 57-95, 2006. Ed. UFPR.

manutenção da boa ordem (disciplina da população em geral) e proporcionando a justificativa de uma hierarquia social.

As tropas Regulares, Auxiliares e os Corpos de Ordenança estiveram presentes na Capitania de Moçambique e Rios de Sena, em especial em Sena. Podemos observar a composição das Tropas Regulares ao longo do último quartel do século XVIII, por meio dos ofícios de António Manoel de Mello e Castro de 1780²⁸, bem como pelos ofícios da composição do Regimentos do regimento de Sena de 1793²⁹ e 1797. Para 1796, temos o Mapa do Corpo de Ordenança de Sena³⁰. Com relação as tropas Auxiliares, temos o modelo que a capitania de Moçambique e Rios de Sena deveria adotar a partir de 1796.³¹

Conclui-se que a vila de Sena ao longo do último quartel do século XVIII, possuía as três forças militares. Assim como em outras capitanias do Império Português, as duas forças não burocráticas, Auxiliares e Corpos de Ordenança, possuíam um papel fundamental dentro das hierarquias sociais, pois os membros que compunham o Estado Maior, dentro destas forças, eram os homens que possuíam mais poder, riquezas e reconhecimento dentro das vilas. Também como procuramos discutir a crise em que se encontravam as tropas burocráticas, fazia necessário a presença das demais forças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

²⁸ AHU, Moçambique, cx. 34, doc. 6. Ofício de António Manoel de Mello e Castro, para José de Vasconcelos Almeida, sobre o estado geral das tropas [com relação a Capitania Subordinada de Rios de Sena], 15/07/1780.

²⁹ AHU, Moçambique, cx. 65, doc. 5. Mappa Geral da Tropa que Goarnece as Fortalezas e Prezídios dos Rios de Senna, Realizado pelo Capitão-Mor Chistovão de Azevedo de Vazcos, 11/07/1793.

³⁰ AHU, Moçambique, cx. 85, doc. 15, Mapa do Corpo de Ordenança, realizado pelo Capitão-Mor João Felipe, 02/02/1798

³¹ AHU, Moçambique, cx. 74, doc. 85. Ofício de Regulamentação, partindo de Lisboa, Palácio de Queluz, para a Capitania de Moçambique e Rios de Sena, 7/08/1796.

- BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. O Estado e População: o século XVIII em questão. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, t. 33, 1999, p. 113-151. (Separata).
- FILHO, Jorge da Cunha Pereira. Tropas Militares Luso- brasileiras nos séculos XVII e XIX. *Boletim do Projeto "Pesquisa genealógica sobre as origens da família Cunha Pereira"*, nº 12, 1998. Genealogias.org. p 46-80.
- FRAGOSO, Joao; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVEA, Maria de Fatima. *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- LE BRÁS, Hervé (Dir.). *A invenção das populações*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.
- MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. Os Corpos de Ordenanças e Auxiliares. Sobre as relações militares e políticas na América Portuguesa, *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 45, p.39-56, 2006.
- RODRIGUES, José Damião; RODRIGUES, Casimiro (Orgs). *Representação de África e dos Africanos na História e Cultura - séculos XV a XXI*. Ponta Delgada: Centro de História Além-Mar, 2011.
- RODRIGUES, Maria Eugênia. Cipaio da Índia ou soldados da terra? Dilemas da naturalização do exército português em Moçambique no século XVIII. *História: Questões & Debates*, n.45, p. 57-95, 2006.
- ROWLAND, Robert. *População, família e sociedade. Portugal, séculos XIX-XX*. Oeiras: Editora Celta, 1997.
- SILVA, Kalina Vanderlei P. da. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial. Militarização e marginalidade na capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Tese (Doutorado em História). Recife: Fundação de Cultura Cidade de Recife, 2001.
- WAGNER, Ana Paula. *População no Império Português: recenseamento na África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII*. Tese (Doutorado em História), Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009.